

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 11

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ANFIP

Solidariedade - APOSENTADOS 2

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Paridade e democracia - OPINIÃO JURÍDICA 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alvo de críticas de Lula, MP das Múltis sobrevive à troca de governo 5

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit da previdência cresce 6% 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Moro e Deltan são gente insignificante" 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A hora e a vez da reforma tributária - LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI 10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Como investir em um cenário de juros altos? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Renda fixa continua a melhor opção em 2023, dizem analistas 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Brasileiro investe mais em renda fixa no exterior, atento ao risco cambial 15

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ECONOMIA

Governo deve anunciar novo valor do mínimo em maio 17

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
ECONOMIA

O debate em torno do BC e taxa de juros - DESVENDANDO A ECONOMIA 18

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bancada feminina no Senado quer cota para mulher na Mesa Diretora 20

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Efeito no Brasil deve ser positivo 22

Solidariedade - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

As tragédias que acontecem no mundo inteiro nos têm proporcionado um desconforto sem que possamos avaliar o quanto de prejuízo emocional, perdas materiais e, principalmente, entes queridos que foram alcançados, deixando o vazio, a saudade de suas presenças tão importantes em nosso convívio. O consolo que tem fortalecendo os que têm sido atingidos por essas tragédias, como na Turquia e Síria, é a solidariedade humana, existente em todos nós, contemplando o compromisso de atender com o mais profundo sentimento aqueles que necessitam de ajuda, de conforto para continuar a viver. A solidariedade nestes momentos difíceis de catástrofes é a verdadeira fonte de reconhecimento para união e manifestação de respeito e amor ao nosso semelhante.

CONSELHO O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, desmontado irresponsavelmente no governo passado, haverá de ser restabelecido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As realizações desse Conselho foram de exemplo e proporcionaram, sem qualquer dúvida, a defesa e a proteção dos direitos fundamentais de cidadania, de conformidade com a legislação em vigor no País. O desmonte desse órgão representativo da pessoa idosa foi uma afronta sem precedentes, ocasionando prejuízos irreparáveis à sociedade brasileira. Como consagra a Lei de Política Nacional da Pessoa Idosa, o envelhecimento é um direito personalíssimo e sua proteção um direito social, nos termos da Lei e da legislação vigente.

CARTILHA A Cartilha de Educação Financeira, produzida pelo professor e economista Rosivaldo Batista, como pondera o autor, é muito importante para esclarecer à população como se defender das armadilhas existentes nos mercados de bens e serviços. Estimula o pensar e refletir da importância da educação financeira na vida do cidadão, como mudar de atitude frente aos mercados, visando o bem estar financeiro, com reflexos na saúde e equilíbrio emocional. Apreciamos detalhadamente o documento e julgamos ser de interesse uma ampla e necessária divulgação, inclusive nos colégios, a fim de que todos sejam contemplados com informações pertinentes a esse assunto que somente benefícios proporcionará.

14º SALÁRIO Não podemos esquecer de reivindicar a concessão do pagamento do 14º Salário. A pandemia trouxe dificuldades financeiras aos aposentados e pensionistas, principalmente aqueles que tiveram seus

dependentes prejudicados com o desemprego e passaram a ser sustentados com os já reduzidos proventos de suas aposentadorias e pensões. Neste momento de apertos financeiros, haveriam de ser atendidos com essa providencial ajuda, com recursos da conta **Seguridade Social**, cuja arrecadação, como demonstra a **Anfip** e Fundação **Anfip**, possui recursos financeiros suficientes para atender a demanda, sem qualquer prejuízo.

RECURSOS Aliás, devemos sempre lembrar e destacar que os recursos financeiros arrecadados para a **Seguridade Social**, deveriam ser aplicadas exclusivamente no que determina a Constituição da República Federativa do Brasil: saúde, assistência social e **previdência social**. Aposentados e pensionistas entendem que o cumprimento do dispositivo constitucional está sendo violado com a transferência de valores para outros programas governamentais. Procedimento que impede, como sempre repetimos, o desempenho regular das três áreas. Eliminar o instrumento Desvinculação de Receitas da União, a famigerada DRU, que permite retiradas de 30% do Orçamento da **Seguridade Social** é mais uma reivindicação ao governo atual.

SILÊNCIO Todas as noites, principalmente nas madrugadas, somos acordados e espantados com a falta de respeito, de sensibilidade, de educação e de sensatez dos condutores de motocicletas e carros que, de propósito, para perturbar as pessoas de bem que estão descansando, aceleram suas máquinas sem o escapamento próprio, fazendo um barulho ensurdecedor, causando aflição a quem acorda e se sente impotente de se proteger dos marginais que afrontam toda uma sociedade. Haveremos de ter providências imediatas das autoridades policiais, com a finalidade de coibir esse procedimento irregular e prejudicial, principalmente, às pessoas que estão hospitalizadas e necessitam estar em silêncio e bem protegidas dos estrondos que acontecem na rua.

EDUCAÇÃO "Educação nunca foi despesa. Sempre foi investimento com retorno garantido" (Arthur Lewis).

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

Paridade e democracia - OPINIÃO JURÍDICA

Caio Cesar Nader Quintella é sócio do Ogawa, Lazzerotti & Baraldi Advogados, parecerista e professor, mestre em Direito Tributário pela PUC-SP

O primeiro mês de 2023 foi especialmente intenso para os contribuintes e tributaristas. Dentro das diversas alterações e novas políticas, destacou-se a Medida Provisória nº 1.160/23, a qual, sob a suposta justificativa de redução de litígios, revogou o artigo 19-E da Lei nº 10.522/02 (lá inserido pela Lei nº 13.988/20), restaurando o voto de qualidade como medida de resolução do empate alcançado nas votações dos colegiados do **Carf**.

O tema, hoje, aqui não é propriamente esse voto duplo do presidente, sempre indicado pela Fazenda Nacional, das turmas do tribunal administrativo federal - sendo tal mecanismo, ao nosso ver, uma simples escolha legal para garantir a prestação jurisdicional efetiva dos órgãos de julgamento que possuem número par de assentos, assim como também era o empate favorável à pretensão do contribuinte. Há argumentos de legitimidade plausíveis para ambas as técnicas, sendo muito mais importante a verificação de sua regular implementação e a harmonia com o resto do sistema tributário, do que quaisquer narrativas de justiça, as quais são naturalmente subjetivas e alheias à técnica jurídica.

Vamos, sim, tratar da figura da paridade, que foi lembrada (e arranhada, talvez) em pronunciamentos sobre a ressurreição dessa modalidade de voto de minerva.

O contencioso administrativo tributário brasileiro remonta ao Império, quando se estabeleceu, com a fuga da Família Real, o Erário Régio em terras tupiniquins. Mas a sua atual materialização moderna, já no tempo republicano, deu-se com o Conselho do Imposto de Renda, criado em 1925, logo após a promulgação do primeiro regulamento de tal tributo.

Esse colegiado de julgamento já possuía estrutura paritária, contemplando na sua composição advogados, juristas e **servidores públicos** do Ministério da Fazenda. E assim foi, desde então, passando pela criação do Conselho dos **Impostos** de Consumo, a instituição do Primeiro e do Segundo Conselho de Contribuintes, a fundação do Conselho Superior de Tarifas, inclusive em 1979, durante

período ditatorial, com a instituição da Câmara Superior de Recursos Fiscais, permeada pela mesma paridade.

Em 2009, foi criado o **Carf**, incorporando em suas seções de julgamento as competências dos três Conselhos de Contribuintes operantes e, igualmente, as turmas da Câmara Superior, encerrando o movimento histórico de concentração dos colegiados judicantes do Ministério da Fazenda.

Ou seja, há 98 anos as Cortes tributárias da administração pública federal têm vagas destinadas a julgadores egressos da iniciativa privada, com garantia da equivalência de seus entendimentos e motivos na revisão de legalidade das cobranças tributárias.

Não existe maior expressão democrática e de cooperação entre Estado e contribuinte.

Isso pois, apesar de nas democracias ocidentais o Poder emanar do povo, e ser exercido por meio de representantes eleitos ou mesmo diretamente, a tributação nada mais é do que a penetração do Poder Público no patrimônio do particular, para mutilá-lo em favor do financiamento do Estado, de maneira compulsória, por força da lei - a qual, é sempre bom lembrar, em última instância, até hoje se impõe pela consciência da fragilidade da carne dos cidadãos diante da dureza do metal, seja o das barras do cárcere ou das munições.

Se ulterior e derradeiramente, nos procedimentos de controle da aplicação e observância dessa mesma lei, participam indivíduos diretamente apontados pelos particulares-contribuintes, desvinculados do Estado-financiado, a preservação da legitimidade democrática e da consensualidade na transposição patrimonial atinge sua máxima dimensão.

A paridade, indiscutivelmente, assegura a realização da finalidade constitucional mediata da lei tributária, prevenindo, por exemplo, seu curvamento às necessidades arrecadatórias imediatas, circunstanciais e ainda não legitimadas pelo processo legislativo, dando voz à interpretação do contribuinte de como se opera sua própria submissão jurídica e econômica.

Da mesma forma, tal composição de colegiados antecipa o verdadeiro delineamento dos elementos

decisivos na solução das contendas tributárias, as quais se submetem previamente a decisões técnicas, proferidas sob o escrutínio jurídico e contábil de especialistas com diferentes formações, revelando-se elemento vital para o controle e atenuação da crescente saturação das estruturas do Poder Judiciário, impactando inclusive as suas demandas orçamentárias.

Dizer que tal figura de equivalência de participação nas decisões de revisão de legalidade dos lançamentos de **tributos** deve ser afastada por ser algo raro e escasso em outros sistemas jurídicos, é o mesmo que propor a abolição da palavra "saudades" da língua portuguesa, em razão de sua preciosidade em relação a outros idiomas.

Existe todo o direito de se debater e avaliar qual o melhor critério de desempate dos tribunais administrativos, calibrando seus efeitos e purgando quaisquer inadequações, finalmente podendo modificá-lo pelas vias legislativas. É saudável e desejada tal crítica e revisitação, quando fundamentada por razões técnicas.

Contudo, é inegociável a manutenção do formato paritário das Cortes tributárias administrativas, sob pena de retrocesso democrático, deterioração da relação entre Fisco e contribuinte, aumento do acervo de litígios judiciais, inaugurando - ou melhor, retomando dos tempos absolutistas - a unilateralidade do Estado na interpretação e aplicação das normas tributárias.

Caio Cesar Nader Quintella é sócio do Ogawa, Lazzerotti Baraldi Advogados, parecerista e professor, mestre em Direito Tributário pela PUC-SP

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187459>

Alvo de críticas de Lula, MP das Múltis sobrevive à troca de governo

Lu Aiko Otta De Brasília

Editada no dia 29 de dezembro passado e, por causa da data, alvo de crítica do então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, a medida provisória (MP) das Múltis seguirá sua tramitação no Congresso Nacional. O governo não tem avaliações negativas em relação a ela e considera as novas regras relevantes para o país, informou ao Valor o Ministério da Fazenda. A **Receita Federal** está elaborando uma Instrução Normativa (IN) sobre o tema.

Item de peso da pauta de melhoria do ambiente de negócios do governo anterior, a MP, que recebeu o número 1.152, traz regras para determinar os preços de transferência, indicando quanto uma empresa pode pagar por um bem ou serviço transferido por companhia vinculada a ela e instalada em outro país. O Brasil usa regras diferentes das adotadas nas principais economias do mundo, integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Por causa das regras diferentes, os Estados Unidos deixarão de reconhecer créditos tributários de **impostos** pagos no Brasil por empresas que têm negócios nos dois países. Empresas americanas têm investimentos de US\$ 123,9 bilhões no Brasil.

As normas da MP valem a partir de 2024, mas o texto permite que sejam opcionalmente aplicadas neste ano. "Então, em 2023, haverá a coexistência de empresas no modelo antigo e outras aplicando o novo sistema", informou o ministério.

As regras atualmente aplicadas no Brasil para o estabelecimento de preços de transferência são baseadas em margens fixas. A MP estabelece o sistema internacional, chamado "arm's length", que utiliza preços de referência.

Desde 2020, auditores fiscais da **Receita Federal** estão sendo treinados por instrutores da OCDE para aplicar a nova regra.

"Com isso, já existe um corpo de auditores que possuem conhecimentos sobre a nova sistemática", informou a pasta. "A tendência agora, com a introdução do novo sistema, é efetuarmos a disseminação do conhecimento, intensificando as

iniciativas de capacitação, e fazendo as adequações necessárias na estrutura da administração para que possamos operar as novas regras de forma eficiente." "O início do processo de regulamentação dessa nova legislação pela **Receita Federal** é fundamental para permitir a sua aplicação em relação a aspectos como prazos e condições para as empresas de adequarem ao novo sistema", disse o CEO da Amcham, Abrão Neto. "Nesse caso, será importante a realização de uma consulta pública para dar oportunidade de participação ao setor privado." A entidade acompanhou a elaboração da medida provisória e apoia sua aprovação. Porém, defende alguns ajustes.

Um deles é deixar claro que operações com royalties não serão sujeitas a dupla tributação, por meio da alteração ou supressão do artigo 45 da MP. Outro é alinhar o conceito de países com tributação favorecida com o utilizado em outras legislações brasileiras. Um terceiro ponto é a eliminação de artigos que permitem a cobrança de juros de 12% em algumas situações específicas.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187459?page=1§ion=1>

Déficit da previdência cresce 6%

Mesmo após três anos da reforma da previdência, a conta entre a arrecadação e os gastos do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) se mantém negativa. Conforme reportagem do portal R7, o rombo registrado em 2022 atingiu R\$ 261,2 bilhões, um aumento de 6% em relação ao ano anterior, que teve déficit de R\$ 247,3 bilhões.

As informações se referem ao Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), sistema voltado para os trabalhadores do setor privado, e constam do Boletim Estatístico da **Previdência Social**.

Desde 2019, ano em que foi promulgada a reforma, até 2022, o déficit atingiu 22,5%.

Para este ano, a expectativa é que o resultado negativo no regime geral do **INSS** deve sair de 3,79% do **PIB** (Produto Interno Bruto), em 2020, para 2,49%, em 2023. A equivalência com o **PIB** tem o objetivo de possibilitar a comparação entre os valores. O déficit em valores deverá ser de R\$ 267,2 bilhões no regime geral.

Para Luis Eduardo Afonso, professor associado da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP), entrevistado pelo R7, o déficit é muito elevado, representa uma parcela muito grande do **PIB** e mostra que, mesmo com a reforma de 2019, ainda existe um desequilíbrio grande na previdência. No entanto, há pontos positivos e negativos para serem observados. "O lado bom da história é que o déficit aumentou, mas menos que a **inflação**."

Como esse déficit é nominal, ele não cresceu em termos reais. Então, esse é um ponto importante, que mostra que há efeitos positivos originados da reforma de 2019. Então, a gente tem que tomar cuidado quando olha esses dados, porque há aspectos positivos e aspectos que nos fazem ficar muito preocupados. Ou seja, o déficit está praticamente constante em termos reais, já descontado a **inflação**, mas ele é muito elevado", avalia Afonso.

Descontada a **inflação** do período, o resultado ficou abaixo do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que encerrou 2022 em 5,79%. "A gente pode olhar para as contas da previdência e ver o que aconteceu no último ano. Quando a gente olha os dados do boletim estatístico, divulgado recentemente, vê que o gasto com benefícios continua subindo num ritmo muito mais alto do que a **inflação**, subiu um

pouco mais de 12% no ano passado, que é muito acima da **inflação**." No entanto, segundo ele, há o crescimento da arrecadação, considerado surpreendente. A arrecadação líquida subiu mais de 15%, que é superior à **inflação**. Esse crescimento da arrecadação permitiu que o déficit não tivesse tido um aumento ainda maior. "Então a gente tem sempre que olhar os dois lados da previdência. A arrecadação depende basicamente no curto prazo da resposta que o mercado de trabalho vai dar. Esse é o ponto principal. E, dentro do mercado de trabalho, se a formalização dos trabalhadores vai ter alguma recuperação", explica.

O Ministério da **Previdência Social** informou que não vai se pronunciar sobre o assunto neste momento.

Ao assumir o cargo no começo deste ano, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse que o governo iria reavaliar a reforma da previdência. Mas foi desmentido, após reação do mercado, pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, que negou que houvesse proposta nesse sentido.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-ca529f0fe8b0c42a40d52288a30bd915.pdf

"Moro e Deltan são gente insignificante"

Raphael Felice

O líder do PT na Câmara, deputado Zeca Dirceu (PT-PR), disse estar confiante na aprovação da reforma tributária.

Segundo o deputado, o governo está decidido a simplificar e estrutura dos impostos, medida que encontra eco em praticamente todos os partidos no Congresso. Ele entende que a discussão se arrasta há mais de 20 anos no Legislativo, e que está em um momento "maduro" para ser aprovada.

"Diminuir o peso dos impostos de consumo e aumentar um pouquinho na renda é algo que vai ser desafiador, mas é necessário do ponto de vista da justiça social", disse ele ao Correio.

Filho do ex-ministro e ex-deputado federal José Dirceu, Zeca Dirceu falou sobre a relação do PT e do governo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Lira foi fundamental para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, no fim do ano passado, o que rendeu o apoio do PT e da base aliada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à sua recondução ao comando da Casa. No entanto, Lira é do PP, partido que formou base aliada do governo Jair Bolsonaro e compõe o bloco de oposição ao governo com PL e Republicanos.

Mesmo assim, o líder do PT se mostrou otimista na longevidade da aliança com Arthur Lira para o avanço de pautas prioritárias do governo, bem como em articulações internas, como relatoria de projetos e presidência de comissões.

Nesta legislatura, Dirceu terá um novo desafio para liderar o partido, que é a federação com PV e PCdoB. O deputado falou sobre a importância de manter a base unida e atuante de acordo com os interesses do governo.

O parlamentar também falou sobre a convivência no Congresso com deputados e senadores ligados à Operação Lava-Jato, principalmente o deputado e ex-procurador Deltan Dallagnol (Podemos-PR) e o senador e ex-juiz Sergio Moro (União-PR), ambos de seu estado, o Paraná.

Zeca Dirceu disse que não quer estender o assunto sobre "essas pessoas" que, segundo ele, atuaram para "criminalizar a política" e devem ficar isolados dentro do Congresso Nacional.

O senhor é líder do PT, partido do presidente Lula. Como alinhar os interesses da agremiação em relação aos do governo de coalização do presidente Lula, uma vez que há alas, dentro do próprio PT, que são menos pragmáticas?

A minha principal tarefa é manter a bancada bem informada dos assuntos que estão em debate na Câmara, bem informada sobre as prioridades do governo, do que o governo é a favor e contra. Sempre vou recorrer ao líder (do governo na Câmara, José) Guimarães, ao ministro (de Relações Institucionais, Alexandre) Padilha e aos demais ministros sobre os integrantes de cada bancada temática para manter a banda unida. Os deputados têm opiniões diferentes em determinados assuntos, mas a bancada do PT é muito coesa historicamente.

Nessa legislatura há a figura da federação do PT com PCdoB e PV, que não seguem exatamente a mesma cartilha do seu partido.

Isso dificulta a união?

Com a federação, manter a bancada coesa torna esse desafio ainda maior. Além disso, outra tarefa importante é manter os 80 deputados muito ativos, que tenham opinião, compreendam o que está acontecendo em cada comissão.

Apesar dos desafios, para mim tem sido muito fácil manter sintonia fina com o governo pela amizade e pelo tempo que convivi com Alexandre Padilha, quando eu era prefeito (em Cruzeiro do Oeste, no Paraná, entre 2005 e 2008), quando ele foi ministro da presidente Dilma. E o Guimarães deve me conhecer desde criança, porque eu já ia muito para São Paulo visitar meu pai (José Dirceu), que era dirigente do PT.

Como o governo e o partido vão conseguir construir essa base de apoio na Câmara? A PEC da Transição acabou passando com grande influência do presidente Arthur Lira.

Eu acredito que o presidente Lira vai continuar ajudando, ele vai compreender que é importante para o país, para a democracia, tenho muito otimismo que ele continue junto, colaborando. Mas o governo também deu prova de capacidade de articulação, pois conseguiu votos de partidos que não estavam oficialmente com a gente como aliados na disputa eleitoral.

Então, há variáveis aí de tamanho de base em temas mais polêmicos, em questões de fé, religião, principalmente, e ainda em um ou outro tema sobre a questão econômica.

Mas estou com a avaliação de que o governo está dando passos consistentes. Quando o governo traz União Brasil, PSD e MDB para os ministérios e mantém diálogo com PP, Republicanos e parte do PL, é outro sinal que me deixa otimista que vai ter uma base de apoio para as medidas mais importantes.

A base de apoio é um processo gradual, não precisa ter agonia no começo.

A prioridade do governo no primeiro ano é justamente a **reforma tributária**. Como o governo vai se portar nessas negociações para conseguir aprovar a medida nos moldes mais próximos possíveis ao que o governo deseja?

O governo está muito decidido a simplificar os **tributos**. Isso é positivo para todo mundo, com exceção de quem frauda e sonega. Para o governo é bom, vai arrecadar mais, vai reduzir as fraudes, fica mais fácil controlar quando tem menos **tributos**. Simplificar **tributos** facilita vida do pequeno e médio empresário, do grande empresário, dos demais contribuintes, fica mais fácil declarar, prestar contas e controlar o que está sendo pago de **impostos**. Então, traz mais recursos e não aumenta a carga tributária do país para quem já é sério, cumpre a lei, para quem não frauda a **Receita Federal**.

E como seria essa alteração?

Diminuiria o peso do consumo?

Diminuir o peso dos **impostos** de consumo e aumentar um pouquinho na renda é algo que vai ser desafiador, mas que é necessário do ponto de vista da justiça social. Um país tão desigual como o Brasil, país que tem tanta gente passando fome, trabalhando 12, 15 horas por dia, com salários achatados, tem que buscar uma solução próxima disso. Como faz 20 anos que o país está tentando votar a **reforma tributária** e não consegue, esse acúmulo vira uma coisa positiva, pois está muito maduro na cabeça de deputados e senadores. Acho que a gente tem condições de aprovar a reforma, o (ministro da Fazenda, Fernando) Haddad está se dedicando muito.

Quando ele foi ministro da Educação, já mostrou que está disponível para o diálogo, inclusive com a oposição, e é o que ele está fazendo como ministro da Fazenda. Eu participei de quatro reuniões com Haddad e estou confiante de que vamos caminhar

para aprovar a **reforma tributária** por mérito da Câmara e por mérito do Senado, em uma conjunção de fatores.

Sobre Lava Jato: alguns nomes da operação foram eleitos, como Deltan Dallagnol e Sérgio Moro.

Como será a convivência com esses políticos que estreiam no Congresso?

Eu acho que essas figuras que você citou não vão ter importância ou influência no funcionamento da Câmara ou do Senado. São pessoas que criminalizam a política, que cometeram inúmeras irregularidades em suas histórias no Ministério Público e no Poder Judiciário.

Não vou me alongar para não perder tempo com gente insignificante, e eles são muito mal vistos. Ninguém quer conversar e ter diálogo com pessoas que chegaram ao Congresso a partir de crimes, ilegalidades, com tentativas de destruir reputações, de criminalizar a política. Eu nem sei o que eles estão fazendo aí. A vida toda eles criminalizaram a política e, agora, se dispõem a ser parlamentares.

As investigações da Lava-Jato causaram muitos danos ao PT. Qual a importância deste mandato do presidente Lula para mudar a percepção de parte da sociedade que ainda vê o presidente e o PT de forma negativa?

A Lava-Jato perdeu qualquer tipo de credibilidade quando foram reveladas as conversas de Moro e do ex-promotor Deltan. O juiz combinava com a acusação como é que a acusação iria ser feita para depois ele mesmo julgar. Eles deveriam estar presos. Boa parte da população já sabe disso. Só uma minoria que, às vezes, acaba tendo peso significativo em uma eleição proporcional, como é a de deputado, ainda não percebeu que são pessoas hipócritas e mentirosas.

Eles tinham um objetivo político, que era interferir na eleição de 2018 - que Lula também liderava e seria vitorioso. Eles tiraram o Lula da eleição, eles interferiram na normalidade democrática do país. Numa democracia, alguém se coloca como presidente e o eleitor vota em quem entender. Em 2018, eles operaram criminosamente para impedir que Lula fosse candidato. Acho que já há uma compreensão da enorme maioria da população, dos meios de comunicação, das figuras públicas com relação a isso, e não acredito que tenha novos desdobramentos. Vai ficar evidente, como eu disse, que são duas pessoas de pouco valor, insignificantes, que vão ficar totalmente isoladas em um ambiente democrático, que elas se autoisolaram.

O Senado já tem uma lista com 37 assinaturas para a CPI dos atos antidemocráticos. Qual a sua opinião sobre a instalação dessa CPI?

Não vejo necessidade de criação de CPI, em razão de que as polícias, o Ministério Público, o Judiciário e o próprio governo federal estão cumprindo o seu papel. Um número muito grande de pessoas foi presa. Os inquéritos estão em curso, a polícia está cumprindo seu papel. Quem incentivou, organizou, financiou e participou está sendo identificado, alguns estão sendo punidos, outros ainda vão ser punidos dentro do processo legal, e não vejo razão para criar CPI.

A CPI viraria palco de disputa política e, depois dos atos terroristas de 8 de janeiro, essa disputa, dentro desse contexto, não se justifica.

Enfraquece o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado. Espero que essa CPI não prospere. Temos outras prioridades para colocar nossas energias.

Quais são essas prioridades?

Temos o desafio, de novo, como o Lula já fez no passado, de acabar com a fome no país. Temos que gastar energia com isso. O Brasil precisa voltar a crescer, a se desenvolver e a gerar empregos. O pequeno e o médio empresários, o pequeno e médio agricultores precisam voltar a ter apoio, pois é ali que se gera emprego de qualidade no interior do país, nas pequenas cidades.

E sobre a polêmica com o Banco Central, em que o presidente Lula decidiu criticar abertamente a política de juros da autoridade monetária?

Temos, sim, que discutir a questão econômica, inclusive sobre a taxa de juros, que alguns tentam transformar em debate sobre a autonomia do BC, mas não é. A discussão é sobre a alta dos juros e as decisões que o BC tem tomado.

É outra discussão que faz parte de temas que impactam a vida das pessoas, e não de uma CPI para fazer luta política, uma vez que os órgãos de investigação estão fazendo o seu trabalho. Acabamos de sair de uma eleição e não é hora de fazer luta política nesse nível.

Diminuir o peso dos **impostos** de consumo e aumentar um pouquinho na renda é algo desafiador, mas necessário do ponto de vista da justiça social"

A Lava-Jato perdeu qualquer tipo de credibilidade quando foram reveladas as conversas de (Sérgio) Moro e do ex-promotor Deltan (Dallagnol). São duas pessoas de pouco valor, insignificantes, que vão ficar

totalmente isoladas em um ambiente democrático"

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/02/13/all.pdf>

A hora e a vez da reforma tributária - LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI

O debate sobre a tributação atravessa os tempos e permanece atual. Principalmente no Brasil, onde a cada mudança de governo a **reforma tributária** é apresentada como primeiro item das prioridades da nova gestão. É um fato que evidencia a sua importância, mas também o grau de dificuldade para avançar nesse tema em razão dos vários interesses envolvidos.

O que é consenso: a tributação deve ser melhorada e simplificada, pois o atual sistema afugenta o investimento. Ou seja, podemos começar por aí a discussão de um projeto de modernização do País. Um estudo do Banco Mundial aponta que o tempo gasto para pagar **impostos** no Brasil é de 1.501 horas por ano, isto é, somos o líder absoluto do mundo, o que interfere diretamente na competitividade.

Uma reforma, portanto, melhora o ambiente de negócios, atrai investidores e amplia a capacidade de competição do Brasil.

Aponta para reflexos positivos no crescimento do **PIB**, criação de empregos e redução da desigualdade, ao estimular o empreendedorismo.

Há duas Propostas de Emenda Constitucional (PECs) em tramitação. A 45 está na Câmara dos Deputados e já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Basicamente, transforma cinco **tributos** - PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS -, em apenas um, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A outra proposta que está sendo encaminhada é a PEC 110, desta vez no Senado. É semelhante à da Câmara, mas inclui também Pasep e Cide e é dual. Há diferenças também em relação à fixação das alíquotas e nos períodos de transição de um regime a outro.

Os dois projetos criam o IBS, que é um Imposto de Valor Agregado (IVA); um tributo em que os **impostos** ao longo da cadeia de produção vão sendo compensados.

As lideranças políticas pensam em fundir as duas propostas e, assim, dar tração ao processo de negociação e aprovação. O que importa é a aprovação da reforma neste ano. O governo anunciou que é uma das suas metas e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, projeta que ela poderá ser aprovada ainda no

primeiro semestre.

Os líderes dos partidos, os presidentes da Câmara e do Senado, além das principais vozes da iniciativa privada, defendem a necessidade de se votar o texto de forma rápida. Essa confluência indica que o ambiente poucas vezes esteve tão favorável para a **reforma tributária**.

Essa oportunidade não pode ser perdida. Temos pela frente ainda o desafio de criar outro arcabouço fiscal em lugar da regra do teto. Não importa a ordem dos fatores, mas sim a clareza dos gestores sobre a importância de eliminar um a um os fatores que limitam o avanço da nossa agenda de crescimento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Como investir em um cenário de juros altos?

- CONSULTÓRIO FINANCEIRO

Miqueias Emanuel Nogueira e Matheus Toni Silva Ferreira são planejadores financeiros pessoais e possuem a certificação CFP (Certified Financial Planner) concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro E-mail: miqueiasnogueira@hotmail.com

Quais são as oportunidades de investimentos com os juros altos?

Miqueias Emanuel Nogueira, CFP, e Matheus Toni Silva Ferreira, CFP, respondem: No cenário de queda da taxa Selic, que chegou a inéditos 2% em meados de 2020, muitos investidores experimentaram pela primeira vez investimentos não tão populares para o brasileiro, a exemplo de fundos multimercado, ações, fundos imobiliários etc., com o objetivo de maximizar seus ganhos.

Entretanto, esse cenário vem mudando com os sucessivos aumentos da taxa de juros - a Selic subiu de 2% ao ano no início de 2021 para 13,75% no final de 2022. Ao longo do ano passado, o investimento no mercado financeiro brasileiro foi migrando para a renda fixa, tendo em vista principalmente a rentabilidade maior que essa modalidade de investimento passou a proporcionar sem a necessidade de correr um risco elevado como contraparte.

No acumulado, um investimento atrelado à Selic rendeu em torno de 16,93% nesse período, enquanto o índice Ibovespa teve perdas no montante de 7,24%. Outro fator que direcionou os investimentos para a renda fixa foi a **inflação**, que em números oficiais foi de 15,71% entre janeiro de 2021 e novembro de 2022.

A oferta de papéis de renda fixa no mercado tem sido abundante nos últimos tempos, de Letras de Crédito, CDBs e títulos do Tesouro Direto a fundos de renda fixa nas mais diversas categorias (fundos conservadores atrelados ao CDI ou fundos mais agressivos que agregam mais componentes de risco visando superar o CDI e, por isso, podem apresentar rentabilidade negativa) e títulos privados como debêntures, CRI e CRA (que sujeitam o investidor ao risco adicional de crédito do emissor).

Há inclusive aqueles que optam por investir em fundos multimercado, com o objetivo de capturar o melhor dos

dois mundos entre renda fixa e variável, e aqueles que optam por um Certificado de Operação Estruturada (COE), que tem a garantia de rentabilidade mínima dada pela instituição emissora.

Alguns títulos de renda fixa contam ainda com a segurança do Fundo Garantidor de Créditos, como o CDB e a LCA, no montante de até R\$ 250 mil por CPF por instituição financeira, o que permite que os investidores acessem instituições diferentes que podem oferecer rentabilidade superior. No caso do CDB é possível aplicar, inclusive, em determinadas opções sem período de carência para resgate. Outro diferencial positivo que se destaca é a isenção de qualquer tributação nas letras de crédito (LCA e LCI), que torna esses investimentos muito competitivos mesmo quando comparados a títulos do Tesouro que têm rentabilidade nominal maior. Em todos esses casos, é preciso verificar valores mínimos e máximos, e os prazos de carência, de acordo com a política de cada instituição.

No momento do planejamento financeiro, o investidor precisa separar o montante que deve aplicar com liquidez imediata (visando formar sua reserva de emergência) do valor que pode deixar com maior tempo de carência, tendo em mente que poderá auferir uma rentabilidade maior nessa parte.

Mas, afinal, o investidor deve vender todos os seus ativos de renda variável e aplicar em títulos de renda fixa? Não. O investidor pode rebalancear sua carteira de investimentos e direcionar a maior parte para a renda fixa, porém não deve deixar de diversificar, tendo em vista que a concentração pode gerar perda de oportunidades.

Diante da grande oferta e das inúmeras oportunidades, ao investir é preciso ter pensamento mais pragmático e objetivo, e ponderar o ganho potencial que um papel de maior risco pode representar quando comparado ao risco que se precisa assumir.

Trata-se do clássico risco versus retorno, que deixa sua carteira aderente ao seu perfil de investidor. As opções de renda fixa, geralmente, combinam mais com um perfil de investidor conservador.

Cabe ao investidor encontrar seu ponto ideal de

diversificação e tentar capturar da melhor forma possível os ganhos com os ativos disponíveis. Buscar informações e orientações com um profissional de confiança é essencial para subsidiar a tomada de decisão.

Miqueias Emanuel Nogueira e Matheus Toni Silva Ferreira são planejadores financeiros pessoais e possuem a certificação CFP (Certified Financial Planner) concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro E-mail: miqueiasnogueira@hotmail.com

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187459>

Renda fixa continua a melhor opção em 2023, dizem analistas

Lucas Bombana

Com a taxa Selic adentrando em 2023 no patamar de 13,75% e a aposta do mercado de que ela prossiga nos dois dígitos durante boa parte do ano, o investimento em renda fixa, assim como em 2022, deve voltar a se destacar nas carteiras dos investidores.

Títulos públicos, bancários e emitidos por grandes empresas do tipo pós-fixado, que acompanham o rendimento entregue pela taxa básica de juros, e os indexados à **inflação**, que oferecem uma taxa prefixada mais a variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), estão entre os mais recomendados por especialistas de mercado frente ao cenário de incerteza econômica e política esperado à frente.

Já em relação à Bolsa de Valores e os investimentos no exterior, a avaliação é a de que se trata de alternativas que não devem ser completamente descartadas dentro de um portfólio de investimento bem diversificado, embora necessitem de uma atenção maior na hora de fazer a seleção dos melhores cavalos para atravessar um ano que promete ser de volatilidade acentuada nos mercados globais.

"2022 está sendo um ano forte para a renda fixa, e a expectativa para o ano que vem é que essa tendência continue. Considerando as projeções do mercado para 2023, não tem como não falar que não será de novo mercado como um cenário bom para a renda fixa", diz Renato Ramos, sócio e diretor de renda fixa da gestora Empírica Investimentos.

"Em 2023 devemos ter um cenário parecido com esse, com a renda fixa novamente como destaque, ainda que talvez em um volume menor", afirma Erick Scott Hood, executivo responsável pela área de produtos e portfólios do Inter.

Ramos, da Empírica, lembra que a mudança de governo e as definições em andamento acerca da política fiscal a partir de 2023 devem manter um grau de incerteza elevado nos mercados, com novos aumentos nas expectativas de **inflação** não podendo ser descartadas.

A pressão inflacionária persistente, por sua vez, deve dificultar o trabalho do BC (Banco Central) de iniciar a redução dos juros, afirma Ramos. No relatório Focus, os economistas consultados pelo BC preveem a taxa Selic em 12,50% no final de dezembro de 2023.

As sinalizações de expansão dos gastos públicos pelo governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não apenas dificultaram uma queda da Selic, como colocou no radar de parte dos investidores a possibilidade de novos aumentos de juros serem necessários para controlar a trajetória da dívida.

"As taxas esperadas pelo mercado são o ponto de partida para os rendimentos dos títulos de renda fixa. Sendo assim, esperamos mais um ano de protagonismo da classe [de renda fixa], com retornos elevados", os analistas da XP Investimentos, que projetam a taxa Selic estável em 13,75% até o final de 2023.

O diretor da Empírica acrescenta que, no cenário global, os países desenvolvidos seguirão em sua batalha para domar os preços em níveis historicamente elevados, com uma possível contaminação ao Brasil por meio de uma espécie de **inflação** importada.

Segundo Ramos, nesse cenário, os títulos pós-fixados, que têm por característica a alta liquidez e uma volatilidade menor que a média, representam a melhor alternativa para o dinheiro que o investidor quer manter tendo como foco o curto prazo, para fazer frente às contas do dia a dia ou eventuais emergências.

Já se a intenção é manter os recursos aplicados por um pouco mais de tempo, o diretor da Empírica recomenda os títulos indexados à **inflação**, que oferecem um retorno real na casa dos 6% ao ano e uma proteção frente ao risco de aumento dos preços por causa das incertezas econômicas e fiscais nos próximos anos.

Na mesma linha, Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter, afirmou que, frente às incertezas no atual cenário de transição, recomenda a alocação em renda fixa distribuída principalmente entre pós fixados atrelados ao CDI e indexados à **inflação**.

"As taxas dos títulos NTN-Bs [indeados à **inflação**] acima de 6% estão em patamar bastante elevado, já refletindo o cenário de maior risco, além de oferecer proteção contra uma **inflação** mais persistente", diz a especialista, acrescentando que títulos de crédito privado de empresas sólidas e com isenção de IR (Imposto de Renda) também são boas opções para compor a carteira.

Hood afirma que, em uma primeira alocação na renda fixa, os investidores de perfil mais conservador costumam buscar opções como os títulos públicos do Tesouro Direto e os CDBs de grandes instituições financeiras cobertos pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito).

Para aqueles de perfil já um pouco mais arrojado, títulos de crédito privado podem trazer um retorno adicional em torno de 0,50 ponto percentual na comparação com os prêmios dos títulos no Tesouro, a depender das características específicas de cada operação, diz o executivo do Inter. "O investidor nunca pode entrar em uma emissão de crédito privado para ganhar menos do que no Tesouro."

Em relação ao investimento em ações, a avaliação majoritária dos especialistas é que a Bolsa deve seguir ainda sob intensa volatilidade, em um cenário de juros altos que seguirá pressionando o valor justo das ações. Em 2022, o índice Ibovespa acumulou alta de 4,69%.

Destinar uma parte menor da carteira às ações é importante para se obter uma boa diversificação dos investimentos, até para o investidor não correr o risco de perder algum movimento inesperado de forte e rápida recuperação dos mercados, afirma Hood. "Sempre defendemos a diversificação, mas claro que dando mais espaço para a classe de ativo que deve ter uma performance melhor, que agora é a renda fixa."

O banco tem uma projeção de 118 mil para o Ibovespa em dezembro de 2023, o que implica um potencial de valorização de 7,5% em relação ao fechamento de 2022.

O Inter avalia que, para o ano que vem, as expectativas positivas seguem voltadas para setores mais defensivos e que devem ser menos afetados pelo ambiente de juros altos, como energia elétrica e saneamento (utilities), bancos e seguradoras.

Um pouco mais otimistas, a equipe de analistas da XP projeta o Ibovespa aos 125 mil pontos ao final do próximo ano, o que corresponde a uma alta de 14%.

Entre as preferências na Bolsa, os analistas da XP

citam as exportadoras de commodities, em especial o setor de petróleo e gás.

"Seguimos otimistas com os preços de petróleo e gás. Acreditamos que estamos em um "bull market" [mercado de alta prolongada] de alguns anos, em sua essência causado por anos de subinvestimento no setor", apontam os analistas da XP, que indicam as ações da PetroRio na carteira recomendada de ações para dezembro.

Os especialistas assinalam ainda que, apesar de 2023 se desenhar como um ano de desafios no cenário internacional, com a alta de juros pelos bancos centrais trazendo a reboque o risco de uma recessão, o investimento em dólar ou em ativos no exterior deve fazer parte do planejamento dos investidores.

Hood, do Inter, afirma que, independentemente do quadro nos mercados globais, a indicação passada aos clientes é a de que sempre tenham algum pedaço do portfólio entre 5% e 10% destinado ao exterior, seja via alocação direta em dólar ou por meio de fundos de investimento em ações globais. "Defendemos a diversificação da carteira não apenas no mercado local, como também geograficamente, até como forma de proteção", afirma.

Os analistas da XP dizem ainda que identificar o momento exato para entrar e sair do mercado de ações é quase impossível, e que, estando fora, o investidor corre o risco de perder parte relevante da rentabilidade.

"Aqueles que acreditam na recuperação do mercado ganham por continuar investidos, já que períodos de queda consolidam alguns dos principais dias para a recuperação. Quem não ganha dinheiro é quem não está investido ou tenta acertar o tempo do mercado, com chances de errar tanto o ponto de entrada quanto o de saída."

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50186&maxTouch=0&_ga=2.85807707.391898770.1676265562-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Brasileiro investe mais em renda fixa no exterior, atento ao risco cambial

Eduardo Cucolo

Em um ano marcado pela forte desvalorização de diversos ativos no exterior, os brasileiros aumentaram os investimentos em produtos de renda fixa fora do país. Ao mesmo tempo, reduziram as aplicações em renda variável e sacaram recursos de fundos de investimento.

Para 2023, a expectativa de diversas instituições que oferecem esse tipo de investimento é de aumento da demanda por diversificação. Em geral, a recomendação é ter um percentual da carteira próximo de 10% atrelado ao mercado externo.

Isso pode ser feito por meio de aplicações fora ou dentro do país, com ou sem risco cambial, a depender do produto.

Dados do Banco Central mostram que o estoque de investimento em ações no exterior caiu cerca de 20%, para US\$ 40 bilhões em 2022. O valor aplicado em títulos de dívida cresceu quase 25%, para US\$ 13,5 bilhões.

No ano passado, o dólar caiu 6,5% em relação ao real. O índice de ações no exterior (BDRX) recuou 28%. O bitcoin, 67%. Já as aplicações em juros apresentaram o melhor resultado em moeda estrangeira em muitos anos, com o banco central dos EUA elevando as taxas para combater a maior inflação em 40 anos.

Igor Rongel, chefe de investimentos do C6 Bank, afirma que a demanda pelo mercado internacional tem aumentado desde que os juros no Brasil chegaram a 2% ao ano. Mesmo a elevação da taxa básica para os atuais 13,75% ao ano não freou esse movimento.

Segundo ele, houve uma nova aceleração desse processo desde o meio do ano passado, mais focada em produtos de renda fixa, em um cenário de alta de juros também nos EUA e maior oferta desses produtos por diversas instituições brasileiras.

"A gente teve uma combinação de três fatores: um público que já vinha estudando alguma diversificação e proteção em moeda forte desde os juros baixos, o pessoal que começou a ver que o Brasil poderia ter um risco fiscal maior, e ampliação do portfólio em renda fixa", diz Rongel.

Felipe Bottino, diretor da Inter Invest, diz que a instituição terminou o ano passado com 1 milhão de contas globais, utilizadas para transferência de valores e pagamentos no exterior, e 250 mil contas para investimento em uma parceria do banco com a plataforma Apex.

Segundo ele, há demanda de mais clientes pelo produto de investimento, mas a instituição opta por fazer uma seleção que envolve não apenas o tamanho do patrimônio, mas também o conhecimento do cliente sobre esse mercado.

"Fomos surpreendidos com uma demanda muito alta. Há uma busca por diversificação internacional de investimentos, mais de renda fixa. Mas a gente chama muito a atenção dos clientes para as questões de taxa de câmbio, tributária e regulatória", afirma Bottino.

"Tem uma série de fatores que qualificam uma pessoa a estar apta para esse produto. É um mercado novo, e essa abertura tem de ser feita de forma gradual."

O risco cambial é um fator que afeta até mesmo ativos adquiridos no Brasil, como ETFs da Bolsa americana ou recibos de empresas estrangeiras negociados na Bolsa brasileira. São aplicações que podem ser feitas no Brasil, sem envio de dinheiro para fora, e que ficam sujeitas ao valor do ativo em dólar e também à taxa de câmbio.

Há também produtos que buscam eliminar o efeito da variação da moeda.

Sergio Rhein Schirato é sócio-fundador da Daemon Investments, que possui um fundo multimercado que opera no Brasil e aplica em cotas de um fundo da mesma instituição nos EUA. O veículo nacional possui proteção contra a variação do câmbio por meio de operações de "hedge" (proteção).

"A gente quis gerar para o investidor a experiência de ter o seu capital investido no exterior, em ativos globais, mas sem se expor ao risco cambial."

Schirato afirma que o fundo é restrito ao investidor qualificado, aquele que possui pelo menos R\$ 1 milhão em aplicações financeiras, devido à exposição ao exterior dentro do limite máximo de 40% definido

pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Ele destaca se tratar de um produto mais sofisticado e uma opção para que esse tipo de investidor possa diversificar suas aplicações.

O chefe de investimentos do C6 também afirma que a atuação nesse mercado requer muita orientação e que o banco tem reforçado a equipe de assessoria. "O investidor já se perde no mercado nacional. No internacional, se perde mais. Então a gente atua muito com assessoria", diz Rongel.

No C6, o investimento no exterior é feito por meio de um fundo sediado nas Bahamas, o que garante tratamento tributário diferenciado, com pagamento de imposto somente na saída dos recursos. São oferecidos três produtos de renda fixa: certificados de depósito do próprio banco, títulos de empresas americanas e papéis do Tesouro dos EUA.

A aplicação mínima é de US\$ 500 (cerca de R\$ 2.500), mas a recomendação é que o investimento inicial seja em torno de US\$ 3.000 (acima de R\$ 15 mil), para compensar os custos de manutenção dos recursos nesse tipo de fundo. A ideia é que esse valor represente cerca de 10% do investimento total do cliente.

Para quem quer investir valores menores e sem tirar o dinheiro do Brasil, as principais opções são fundos de investimento, ETFs (Exchange Traded Fund) que seguem o índice americano S P 500 (IVVB e SPXI), BDRs (Brazilian Depositary Receipt) emitidos no Brasil que representam ações de companhias do exterior e COEs (Certificados de Operações Estruturadas), estratégia de investimento que pode ter ganho ligado a uma ação ou índice no exterior.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50186&maxTouch=0&_ga=2.85807707.391898770.1676265562-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Governo deve anunciar novo valor do mínimo em maio

DA REDAÇÃO

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou que o salário mínimo, atualmente no valor de R\$ 1.302, deve passar por aumento ainda este ano. O último reajuste do piso nacional passou a valer no dia 1º de janeiro. "Nós estamos discutindo a busca de espaço fiscal para mudar o valor do salário mínimo ainda este ano. Se houver espaço fiscal, nós haveremos de anunciar uma mudança para 1º de maio", afirmou o ministro, em entrevista ao programa Brasil em Pauta, da TV Brasil.

O novo valor, a ser anunciado em 1º de maio, deve ficar no que havia sido programado pelo governo, em R\$ 1.320, mas que não foi implementado porque o custo com aposentadorias e pensões superou a expectativa do governo. Acima do que é pago hoje, mas abaixo do que as centrais sindicais pleiteiam, R\$ 1.343. Além do novo reajuste, a retomada da Política de Valorização do Salário Mínimo também é uma das prioridades da pasta. De acordo com o ministro, a política mostrou bons resultados nos governos anteriores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando Marinho foi ministro do Trabalho, entre 2005 e 2007.

"Conseguimos mostrar que era possível controlar a inflação, gerar empregos e crescer a renda, crescer a massa salarial dos trabalhadores do Brasil inteiro, impulsionado pela Política de Valorização do Salário Mínimo, que consistia em, além da inflação, garantir o crescimento real da economia para dar sustentabilidade, para dar previsibilidade, para dar credibilidade acima de tudo para todos os agentes. É importante que os agentes econômicos, o empresariado, os prefeitos, os governadores, saibam qual é a previsibilidade da base salarial do Brasil, e o salário mínimo é a grande base salarial do Brasil", explicou.

Marinho disse que se a política de valorização, com ganhos acima da inflação, não tivesse sido interrompida, "o salário mínimo hoje estaria valendo R\$ 1.396. Veja só: de R\$ 1.302 para R\$ 1.396 é o que estaria valendo o salário mínimo hoje. Portanto, foi uma política que deu muito certo", destacou Marinho.

PRIORIDADES Durante a entrevista, o ministro do Trabalho falou das expectativas da pasta para esta nova gestão e destacou a reparação das relações

trabalhistas como uma das prioridades. "Passamos por um governo que trabalhou um processo de desmonte das relações de trabalho. Então o contrato coletivo, negociações trabalhistas, tudo isso foi atacado de forma feroz, a legislação trabalhista, a proteção ao trabalho, tudo isso foi atacado. Nós precisamos enfrentar esse dilema, rever o que foi prejudicado nesse processo de relações de trabalho, para que nós possamos de novo retomar o processo de negociação, de valorizar o valor do trabalho em si, a massa salarial, geração de emprego e renda. Nossa expectativa é de trabalhar esse processo", afirmou.

Ainda sobre as expectativas da nova gestão, Marinho destacou a retomada das obras públicas como um impulso para o crescimento da economia e das oportunidades de emprego. "Nós temos a ordem de 14 mil obras paradas no Brasil, isso cria uma nova expectativa, expectativa de gerar emprego. Obra é emprego na veia", destacou. "Essas obras são retomadas praticamente de forma simultânea no Brasil, eu tenho certeza de que isso vai dar um grande impacto na retomada do crescimento da economia", completou.

(Com informações da Agência Brasil e Poder 360)

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

O debate em torno do BC e taxa de juros - DESVENDANDO A ECONOMIA

DESVENDANDO A ECONOMIA

Na última semana o Executivo federal criticou a decisão do Copom (Conselho de Política Monetária) de manter a taxa básica de juros nominal em 13,75% a.a. em um cenário de expectativa inflacionária abaixo de 6% para 2023. Esta combinação coloca a remuneração real da taxa básica, descontando a inflação projetada da taxa nominal, entre as maiores do mundo. Quicá a maior.

O leitor deve estar se perguntando por que a taxa básica de juros é elevada no Brasil e sua relação com a inflação. Para desvendar alguns pontos em torno desse debate, primeiramente precisamos entender que a taxa de 13,75% é uma meta definida pelo Copom, do qual alguns membros do Banco Central fazem parte. Mas não é o Banco Central sozinho.

A definição da meta da taxa básica de juros deve servir como sinalização ao mercado financeiro sobre a estratégia de negociação de títulos públicos, realizada pelo Banco Central, na operacionalização da política monetária. Um dos principais objetivos desta política, se não o principal, é o controle da inflação e sua manutenção em níveis moderados.

Neste ponto, é preciso esclarecer que a estratégia de controle da inflação no Brasil, desde 1999, é guiada pela chamada política de metas para a inflação, a partir da utilização de âncoras monetárias para tal finalidade. Ou seja, o controle da liquidez e de crédito. Definida a meta para a inflação pelo Copom, que para este ano é de 3,25%, o Banco Central operacionaliza os instrumentos de política monetária para que a inflação fique próxima a este patamar.

Contudo, a estratégia de ação da política de metas para a inflação está centrada na repressão da demanda. De forma simplificada, se há algum movimento que pressione os preços para cima, causando inflação, a política monetária busca reduzir o volume de demanda agregada para aliviar a pressão sobre os preços.

Para tanto, a elevação da taxa de juros tende a reduzir o volume de moeda em circulação, especialmente ao encarecer os mecanismos de crédito. Esta retração reduz consumo, desestimula o fluxo de produção e reduz a capacidade de consumo.

A expectativa é que este movimento contribua para amenizar, ao menos, as pressões presentes na dinâmica da economia sobre os preços.

De certa forma, quando se utiliza como estratégia principal de controle da inflação uma âncora monetária, esta dinâmica está presente.

Desorganização na pandemia

A inflação é um fenômeno global atualmente pressionada especialmente pelo desarranjo dos fluxos de oferta e demanda provocado pela pandemia. Em uma economia com processos produtivos internacionalizados, as cadeias produtivas, nos diversos setores, são dependentes do acesso a insumos de produção importados e aos mercados consumidores dos demais países. A necessidade repentina de frear a atividade econômica e o fluxo de pessoas, bem como de bens entre os países, desorganizou a cadeia produtiva então estabelecida.

A diferença no ritmo de retomada da atividade econômica entre os países, especialmente entre os mais desenvolvidos e em desenvolvimento, não tem contribuído para reorganizar os fluxos de oferta e demanda global e amenizar pressões inflacionárias.

A questão em torno do debate que se colocou na última semana é que, se a inflação não tem como principal fato gerador as pressões originadas pelo excesso de demanda, os mecanismos monetários para contê-la mostram-se menos eficazes.

Este é o caso atual, em que as principais fontes de pressão sobre a inflação estão do lado da oferta, em grande parte associados ao cenário internacional.

Soma-se a esta observação o fato de que vários países do mundo estão enfrentando o mesmo desafio de combater a alta da inflação, e para isso seus respectivos Bancos Centrais estão ampliando suas taxas básicas de juros. Com isso, a taxa média no cenário internacional tem se elevado, inclusive nos países mais desenvolvidos. Isso torna mais difícil o trabalho do Banco Central de países em desenvolvimento como o Brasil, pois se deparam com títulos públicos com menor risco e maior remuneração no mercado mundial.

De outro lado, como provocação à reflexão, o Banco Central tem de ser competente na busca de seus objetivos de estabelecer um ambiente de estabilidade econômica, o que exige trabalho técnico refinado. A independência da gestão do Banco Central, debatida há tempos no Brasil e adotada na gestão do presidente anterior, busca minimizar as influências provocadas pelos interesses políticos sobre sua atuação. O Brasil tem longo histórico que demonstra que esta influência não é saudável.

Está posto o debate. O tema é complexo. Certamente teremos diversos especialistas trazendo argumentos contra e a favor, tanto em relação à estratégia de combate à **inflação** adotada pelo Banco Central como em relação à sua independência.

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_20E899DB965F2C2648CB5EF182A322CD5D73F613A795BBC5348F7FE6530B51F6E92505F0FB867982D5C6EB03E15F64F5ECE589F175FAF6B039FD71E1B30EA25EB585174EE48611CD1ECBDF456E3EA9D503FC163FC232D5CC3B69B7445C939B5C3B19483C4C1DC9B38BFBCBEB98FB16B1537FA36E8076E665EB8234D06A4FD

Bancada feminina no Senado quer cota para mulher na Mesa Diretora

ADRIANA FERRAZ NATÁLIA SANTOS

A reeleição de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para mais dois anos na presidência do Senado teve apoio declarado de ao menos sete das 11 senadoras que votaram no último dia 1.º, mas a bancada feminina não conseguiu nem sequer um cargo na Mesa Diretora. A falta de repre-sentatividade no comando da Casa e das comissões permanentes é uma das pautas prioritárias do grupo ampliado com a chegada de suplentes. São 15 parlamentares agora, um recorde.

Em nome da bancada, a senadora Eliziane Gama (PSD-MA) propôs, na quarta-feira passada, o desarquivamento de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que torna obrigatória a eleição de ao menos uma mulher para as mesas do Senado e da Câmara.

Desde 1979, quando tomou posse Eunice Michelis (AM), a primeira senadora do País, apenas seis parlamentares ocuparam cargos titulares na Mesa - sem contar suplências. Da lista, a que chegou ao posto mais alto foi Marta Suplicy, primeira-vice-presidente em 2011 e também em 2012.

"O Senado Federal ainda é uma casa dominada de forma ampla pela presença masculina. E mais uma vez nós temos uma Mesa sem a presença de mulheres na sua titularidade", afirmou Eliziane, terceira-suplente no biênio 2021-2022. "Mas eu digo: participaremos da Mesa Diretora, presidente Rodrigo Pacheco, quando tivermos a obrigatoriedade de termos mulheres", disse.

De autoria da deputada federal Luiza Erundina (PSOL-SP), a PEC 38/2015 foi arquivada no final da legislatura passada depois de já ter passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Para voltar a tramitar no Senado, a proposta precisa receber o apoio de um terço dos parlamentares até o dia 2 de abril, o que fica mais fácil se o voto das 15 senadoras estiver assegurado.

O número recorde é resultado da decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de nomear senadores como ministros de Estado, abrindo espaço para a posse de quatro suplentes e ampliando a bancada feminina de 11 para 15 - 18,5% do total de 81 cadeiras.

As novatas são Ana Paula Lobato (PSB-MA), suplente do ministro Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública); Augusta Brito (PT-CE), suplente de Camilo Santana (Educação); Jussara Lima (PSD-PI), suplente de Wellington Dias (Desenvolvimento Social); e Margareth Buzetti (PSD-MT), suplente de Carlos Fávaro (Agricultura), que já havia assumido em outras oportunidades (mais informações no quadro acima).

Com a eleição de Jorginho Mello (PL) para o governo de Santa Catarina e sua renúncia posterior ao cargo de senador, a suplente Ivete da Silveira (MDB-SC) assumiu definitivamente como titular, completando a lista de mulheres em exercício.

COMISSÕES. A divisão atual das cadeiras coloca a bancada feminina no mesmo patamar do maior grupo partidário da Casa, formado por filiados ao PSD, também com 15 representantes. Com atuação marcante na legislatura passada, especialmente ao longo da CPI da Covid, as mulheres prometem seguir trabalhando por destaque para suas pautas prioritárias também nas comissões.

A senadora Leila Barros (PDT-DF), por exemplo, deve ser eleita presidente da Comissão de Assuntos Sociais após o carnaval. Atual procuradora da mulher do Senado, a parlamentar tem conversado com líderes partidários para ampliar o espaço feminino na Casa.

"A definição dos cargos que estão em aberto depende das articulações internas nos partidos e nos blocos que estão sendo formados. Por isso, fiz questão de pedir aos líderes para refletirem sobre o espaço que nós, senadoras, iremos ocupar na Casa. É fundamental ocuparmos esses espaços para que as pautas femininas estejam em evidência no Legislativo e sejam votadas com a celeridade devida", disse.

A cientista política Graziel-la Testa, da FGV-SP, ressalta que são os partidos políticos os responsáveis por indicar participantes da Mesa Direto- ra ou das comissões. "Tem de haver, concomitantemente a uma cobrança junto à presidência da Mesa, para que a participação feminina seja, sim, obrigatória nos espaços de liderança, uma cobrança aos partidos", disse.

Graziella lembrou ainda que as conquistas obtidas na

legislatura passada - como atuar, mesmo que de maneira informal, da CPI da Covid - foram derivadas, sobretudo, do caráter suprapartidário da bancada. "É preciso aguardar para sabermos se esse novo grupo de mulheres alcançará a mesma coesão", disse.

No grupo, há senadoras mais associadas a pautas de esquerda e as ex-ministras do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), como Damares Alves (Republicanos-DF) e Tereza Cristina (PP-MS), à direita do espectro político.

Na avaliação de Leila, o grupo pode, sim, se unir por objetivos comuns. "Ainda estamos estreitando laços e, em breve, faremos um encontro para alinharmos pautas prioritárias. Tenho confiança de que, assim como na última legislatura, haverá união entre as senadoras para encontrarmos as soluções legislativas necessárias para a defesa dos direitos das mulheres e a busca de uma sociedade mais justa e igualitária", disse.

TRIBUNAIS. Candidata à Presidência no ano passado e uma das senadoras responsáveis por dar maior visibilidade à bancada, Soraya Thronicke (União Brasil-MS) comemora a ampliação do número de mulheres no Senado, mas ressalta que a divisão de poderes segue um desafio dentro e fora da Casa. "A bancada feminina se fortaleceu, sim, mas sabemos que a luta ainda é grande e necessária para garantirmos mais espaço e igualdade a todas as mulheres e, principalmente, que sejamos reconhecidas pelas nossas capacidades, que são muitas", afirmou.

Além da PEC relativa aos espaços na Mesa Diretora, Soraya defende a aprovação de outra mudança constitucional para permitir, desta vez, equidade na composição dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais de Justiça nos Estados, e do Distrito Federal. A PEC 06/2022 determina que uma em cada duas vagas das listas sêxtuplas de indicações aos tribunais seja exclusivamente dedicadas às mulheres.

Assim como Leila, Soraya considera possível que a ideologia seja deixada de lado em temas de interesse das mulheres. "A bancada feminina tem sido um exemplo de maturidade política, primando pelo debate respeitoso entre suas integrantes, que se unem em momentos de ataques, insultos ou desprestígio." Senadora por São Paulo, Mara Gabrilli (PSD) divide o mesmo otimismo. "A criação da bancada feminina foi uma conquista histórica para o Senado. E nós, senadoras, iremos nos unir ainda mais para impedir retrocessos. A defesa do protagonismo da mulher legisladora foi, inclusive, um dos motivos que levaram Rodrigo Pacheco ser reeleito", disse.

BASE. Representando PSB, PSD e PT, partidos

aliados ao governo federal, as quatro suplentes asseguram a manutenção da base atual de Lula no Senado. Ao tomar posse, Ana Paula Lobato afirmou que, "com postura democrática, trabalhará em sintonia com o governo por mais dignidade e oportunidade àqueles que mais precisam". Enfermeira, Ana Paula ocupava até o início do mês o cargo de vice-prefeita de Pinheiro (MA).

Também enfermeira, Augusta Brito chega à bancada feminina com a experiência de já ter sido procuradora Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Ceará. Ex-deputada estadual, ela tem como bandeira o debate sobre igualdade de gênero. Completam a lista Jussara Lima e Margareth Buzetti, que prometem trabalhar em especial pelas minorias e pela reforma tributária, respectivamente.

Efeito no Brasil deve ser positivo

O crescimento da economia global maior do que o esperado deve ter um efeito positivo - ainda que limitado - no Brasil. Com a China avançando mais do que se projetava inicialmente, a tendência é de que os preços das commodities avancem, o que favorece o Brasil.

"A recuperação da China é uma excelente notícia, porque o país é o maior destino das exportações brasileiras", afirma Alexandre Bassoli, economista-chefe da Apex Capital.

Os analistas esperam alta do **PIB** do Brasil de 0,8% neste ano. A expectativa de um quadro global mais aquecido, porém, não fez com que bancos e consultorias promovessem grandes alterações em seus cenários. O diretor de pesquisa macroeconômica para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, destaca que a China deve movimentar principalmente os mercados de petróleo e cobre. No ano passado, o banco projetava crescimento para o país oriental de 4,5%. Agora, a estimativa é de 5,5%. Ele pondera que o crescimento chinês não terá o mesmo impacto aqui como no passado.

Isso porque, antes, a alta do país era baseada em investimento em infraestrutura e, agora, a China está impulsionando a economia através do consumo interno.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-ca529f0fe8b0c42a40d52288a30bd915.pdf